

## DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA

### RENATA SAMPAIO DE HOLLANDA

Discente do 9º semestre do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará – UECE. E-mail: renata.hollanda@aluno.uece.br

### MARIA DE LOURDES DA SILVA NETA

Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE). E-mail: lourdesneta11@yahoo.com.br

### Introdução

O processo de estruturação e organização educacional desenvolveu através de uma construção histórica social, voltada para necessidades das elites econômicas consequentes dos movimentos político-sociais e mudanças setoriais. Com o objetivo de uma reconstituição do país, a partir da década de 1930 suscitando a expansão do ensino primário e secundário pelo território nacional provendo a criação de uma nova elite formada a partir das Universidades, pautadas por regulamentações e Leis como as LDBs de 4024/61, 5692/71 e 9.394/96.

A universidade foi concebida para proporcionar a continuidade do saber, assim como qualificar dos futuros profissionais que contribuirão para a constituição de uma sociedade com esteio no progresso. As instituições de ensino superior possuem muitas funções, mas dão ênfase na relação com a formação, a produção e a disseminação do conhecimento para o desenvolvimento social.

A constituição do curso de Pedagogia também suscita do processo de formação dos profissionais de educação. Tido como formador de cientistas da educação, o pedagogo, hoje tem como esteio a formação humanista, logo é essencial na vida da sociedade para seu desenvolvimento e reafirmação cultural. A Pedagogia mesmo relacionando-se com outras ciências como sociologia, filosofia e psicologia, entre outras, é uma ciência autônoma.

Pretendemos com este trabalho, compreender a constituição do curso de Pedagogia e como objetivo específico o processo de desenvolvimento do curso para a formação dos profissionais de educação. Para a busca de tais elementos foi realizado estudos fundamentalmente em fontes de cunho bibliográfico. De acordo com Minayo, 2007; Lakatos et al, 1986, a pesquisa bibliográfica é “quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet”.

Para melhor diálogo e reflexão com os autores consultados decidimos subdividir o trabalho foi estruturado em duas partes dividindo-se nos Precedentes: conjuntura política, econômico e social, discorreremos da descrição do processo de Contexto histórico – social do país e da educação no Brasil; em seguida, abordamos a Constituição do Curso de Pedagogia.

### **Precedentes: conjuntura política, econômico e social**

No Brasil, a palavra pedagogia surgiu pela primeira vez com a Lei das Escolas de Primeiras Letras. Segundo Saviani (2008, p. 14) “promulgada em 15 de outubro de 1817”, porém o termo foi vetado, “pelo deputado Ferreira França, que informou tratar-se de um termo de origem grega que significa “guia de meninos” incompreensível para a maioria das gentes”. Pela falta de compreensão das pessoas o termo pedagogia foi abolido e foi instituído como Escola das Primeiras Letras. Posteriormente, com o Ato Adicional de 1834<sup>1</sup>, designou a incumbência das províncias em promover o ensino primário, adotando a formação de professores, tendo como esteio a Escola Normal.

<sup>1</sup> O Ato Adicional de 1834 proporcionou mais autoridades para as províncias, implantando a Regência Una em lugar da Regência Trina, agora escolheriam apenas um representante para o cargo regencial com um mandato de quatro anos.

A formação para atuação de professores par atuar na escola fundamental e complementar antes da constituição do curso de Pedagogia era promovida pela Escola Normal. Conforme Brzezinski (1996 p. 19) “A Escola Normal foi, por quase um século, o lócus formal e obrigatório como escola de formação de professores para atuar na escola fundamental, na escola complementar”.

As Escolas Normais foram fundadas no Brasil no período de 1800 com o intuito de formar professores primários, porém eram instáveis e deficientes algumas abriam e fechavam em pouco tempo. “A província do Rio de Janeiro Saiu à frente instituindo Niterói, já em 1835, a primeira Escola Normal do país” Saviani (2008, p.14). A expansão ocorreu apenas no final do século XIX em várias localidades do Brasil.

A partir do advento da República<sup>2</sup> as províncias foram instituídas como estados federativos, as Escolas Normais eram responsáveis pela formação dos professores primários, porém a partir dos movimentos político-sociais e mudanças setoriais, o processo de estruturação e organização educacional desenvolveu-se através de uma construção histórica social. Com o objetivo de uma reconstituição do país, a partir da expansão do ensino primário e secundário pelo território nacional provendo a criação de uma nova elite formada a partir das Universidades.

Após a Revolução de 1930<sup>3</sup>, em 9 de julho de 1932 teve início a Revolução Constitucionalista. No Estado de São Paulo, era grande a insatisfação com o governo provisório de Vargas, no qual iniciaram uma série de manifestações de rua, tornando-se um movimento armado.

---

<sup>2</sup> A proclamação da República ocorreu em 15 de novembro de 1889 por vários fatores. Por meio de um golpe militar conduzido pelo Marechal Deodoro da Fonseca a monarquia e o período imperial foram extintos no Brasil.

<sup>3</sup> foi um movimento armado que gerou um golpe de Estado, depôs o presidente da república Washington Luís e impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes que foi exilado, assumindo o poder Getúlio Vargas.

A população exigia a elaboração de uma nova Constituição e a convocação de eleições para presidentes. Os paulistas protestavam por mais democracia e maior participação na vida política do Brasil. Por estarem em menor número, a revolução teve como resultado a rendição de São Paulo, que mesmo derrotados, conseguiram alcançar alguns objetivos, como a Constituição de 1934<sup>4</sup> que acabou sendo promulgada, na trazendo alguns avanços democráticos e sociais para o país.

A Para a organização política e econômica do estado brasileiro, o ano de 1930 foi um marco decisivo, o que repercutiu também na educação. De acordo com Vicentini e Lugli (2009, p. 64):

A primeira alteração significativa nas condições de formação dos professores do ensino secundário foi dada pela Reforma Francisco Campos, em 1931, quando criou o regime para os professores do ensino secundário no Ministério da Educação, prevendo a exigência da formação universitária específica, fornecida pelas faculdades de Filosofia, ou seja, a licenciatura.

A partir de 1930 houve o aumento da demanda escolar e o Estado torna-se o articulador central da política educacional brasileira. Em 1931, Francisco Campos, então Ministro da Educação e Saúde, promove a centralização do ensino.

### **A criação do curso de Pedagogia**

A Reforma do Ensino Secundário em todo território nacional, é proposta em dois ciclos: um fundamental, com duração de cinco anos, e outro complementar, com dois anos, ampliando o monopólio estatal do acesso ao ensino superior. Na Reforma do Ensino

---

<sup>4</sup> Promulgada em 16 de julho pela Assembleia Nacional Constituinte, foi redigida para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico. Durou apenas três anos, mas vigorou oficialmente apenas um ano.

do ensino secundário, superior trazia o Estatuto das Universidades Brasileiras. O desenvolvimento, conseqüentemente marcará o desenvolvimento do ensino superior.

A primeira reforma que empreendeu o novo Ministro e, sem dúvida, a de maior alcance entre todas as que se realizaram, nesse domínio, em mais de quarenta anos de regime republicano, foi a do ensino superior, que Francisco Campos reorganizou em bases e com grande segurança. A parte central dessa reforma traçada no decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, e verdadeiramente inovadora de nosso aparelho de cultura é o estatuto das universidades brasileiras em que se adotou “como regra de organização do ensino superior da República o sistema universitário” e se exigiu para que se fundasse qualquer universidade no país, “a incorporação de, pelo menos, três institutos de ensino superior, entre os mesmos incluídos os de Direito, de Medicina e de Engenharia ou, ao invés de um deles, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras”. (AZEVEDO, 1971, p. 669)

Como resultando de influências Europeias e Norte Americana, o Movimento da Escola Nova, foi um movimento reformista inspirados nas idéias de igualdade entre os homens e do direito de todos à educação. Alguns princípios foram definidos pautados nos preceitos de: igualdade, liberdade, propriedade, individualidade e democracia. Nesse documento, defendia-se a universalização da escola pública, laica e gratuita.

Conclui-se, portanto, que a Educação Nova busca organizar a escola como um meio propriamente social para tirá-la das abstrações e impregná-las da vida em todas as suas manifestações. Dessa forma, proporcionando a vivência das virtudes e verdades morais, estará contribuindo para harmonizar os interesses individuais com os coletivos. (SAVIANI, 2008, p. 244)

Em 1932 os intelectuais desenvolveram o Manifesto dos Pioneiros, redigido por Fernando de Azevedo. Segundo o Manifesto, a

educação é compreendida como um problema social, e determina uma mudança na condução do trabalho pedagógico e da formação de professores, no qual passa a ser o foco do processo educativo. A Igreja Católica criticou fortemente o movimento por ser concorrente do Estado na educação. Com a efetivação do Manifesto dos Pioneiros, a educação sofreu resultados expressivos, mudanças que fazem parte da história da educação brasileira.

[...] conseguindo encaminhar a Fernando de Azevedo a incumbência exclusiva e escrever um manifesto guia, supostamente síntese de todas as tendências educacionais presentes, mas, na realidade, expressão do espírito político reinante na gestão azevediana do Distrito. Isso neutralizou a influência de parte dos católicos presentes e os conduziu ao afastamento da ABE com a criação da Confederação Católica Brasileira de Educação Federal. (FREITAS, 2009 : 105)

As reformas educacionais colocavam como necessário a reestruturação do ensino secundário e da universidade, considerando que precisariam de professores com formação universitária para o país desenvolver uma elite esclarecida, logo exigia professores com uma melhor formação.

A criação de cursos de licenciatura era fundamental, devido a expansão do número de escolas em nosso país considerando a necessidade para atender a demanda, da qual suscitava de mais profissionais aptos para o magistério. Diante disso, no ano de 1930 a formação de professores em nível superior no Brasil tornou-se objetivo de intelectuais e do Governo, com esteio na criação de faculdades para formar professores.

Por iniciativa de um grupo de intelectuais paulistas constituíram a sociedade de Filosofia e Letras de São Paulo. Mostrando a necessidade de sua ação, especialmente no meio acadêmico que formaria a classe dirigente de amanhã. Insistiu a urgência da fundação em São Paulo de uma Faculdade de Filosofia e Letras, para preparar professores, como meio de ratificar uma melhor a qualidade no ensino.

Com a necessidade da criação de faculdades para formar professores, Foi criada, em 25 de janeiro de 1934 a Universidade de São Paulo com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Ao ser criada em 1934, definiu-se como espinha dorsal da nova instituição a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, que, na concepção de seus fundadores, assumia o caráter de *alma mater* da universidade enquanto instituição integradora de todos os conhecimentos humanos. Cultivando todos os ramos do saber, promovendo o ensino de disciplinas comuns aos demais institutos universitários e colocando na formação dos professores tanto das escolas secundárias como das próprias instituições de ensino superior, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras se constituiria, ao mesmo tempo, no alicerce e na cúpula da universidade. (SAVIANI, 2008: 26)

O principal objetivo da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo inferia na formação de professores para o Ensino Secundário e Superior do país.

A Universidade do Distrito Federal foi criada em 1935 na cidade do Rio de Janeiro, onde foi instituída a Escola de Educação antes conhecida como Escola de Professores, com o intuito de proporcionar a formação de professores. No ano de 1939 a universidade foi extinta e teve seus cursos realocados na Universidade do Brasil. Conforme explicita Saviani, (2008, p. 35),

[...] organizada pela Lei n. 452, de 5 de julho de 1937, por iniciativa do ministro da Educação, Gustavo Capanema, um dos principais opositores de Anísio Teixeira e de “universidade de educação”. Na verdade, a Universidade do Brasil resultou da reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, vindo, depois a configurar-se como a atual UFRJ.

O surgimento do curso de Pedagogia no Brasil foi decorrente da preocupação com a qualidade profissional dos docentes do ensino secundário, sendo criado conjuntamente com as licenciaturas

no ano de 1939. Para tanto a Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, foi constituída por meio do Decreto – Lei nº 1190 no dia 4 de abril.

A Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil proporcionava a formação para bacharéis e também licenciados. De acordo com Silva (1999, p. 33) “Para formação dos bacharéis ficou determinada a duração de três anos, após as quais, adicionando-se um ano de curso de Didática formar-se-iam os licenciados, num esquema que passou a ser conhecido como o 3+1.” Os formados com título de bacharel em Pedagogia era preparado para trabalhar em cargos técnicos da educação, já o licenciado ocupava-se à docência.

Essa dicotomia dos saberes específicos e pedagógicos desarticulados formavam um profissional com funções indefinidas, sem saber ao certo qual campo profissional iriam atuar. De forma que conforme explicita Saviani (2008, p. 39) para o curso de pedagogia foi instituído o currículo a seguir:

- 1º ano: Complementos de matemática; história da filosofia; sociologia; fundamentos biológicos da educação; psicologia educacional.
- 2º ano: Psicologia educacional; estatística educacional; história da educação; fundamentos sociológicos da educação; administração escolar.
- 3º ano: Psicologia educacional; história da educação; administração escolar; educação comparada; filosofia da educação.

Já para mais um ano de formação no curso voltado para didática é fomentado pelas disciplinas de “didática geral; didática especial; psicologia educacional; fundamentos biológicos da educação; fundamentos sociológicos da educação; administração escolar” Saviani (2008, p. 39). Considerando o exposto, percebemos que ao discente ao finalizar o curso de pedagogia como bacharel, para

obter o título também de licenciado, cursaria apenas duas disciplinas de didática, das quais são: didática especial e geral, visto que o restante das disciplinas já estavam contempladas no currículo para o técnico em educação.

Considerando o exposto mensura-se que diante do currículo os licenciados em pedagogia como futuros professores da Escola Normal para formar professores primários não estariam preparados para essa função, de forma que a partir dos conteúdos instituídos para o curso de pedagogia não contemplam o conteúdo específico do curso primário.

Durante as décadas de 40 e 50 indagava-se a real função do pedagogo para o mercado de trabalho, de forma que cogitou até mesmo sua extinção no Brasil.

Introduzido, através do Decreto-Lei nº 1190/39, simplesmente como Pedagogo, sem se fazer acompanhar por alguma referencia sobre sua destinação profissional não se percebia, na época, as ocupações a serem preenchidas por esse novo profissional. As condições do mercado de trabalho também não auxiliavam no equacionamento do assunto. (SILVA, 199, p. 64)

O curso passa por alteração curricular e no início dos anos 60 foi influenciado pela preparação técnica com intuito do desenvolvimento político-econômico do país. Foi a reformulação mais adequada, conforme explicita Silva (1999, p.65):

[...] inicia em 1962, ainda por meio do Parecer nº 251, os deslocamentos previstos. Descartando, então, a ideia de extinção do curso, o conselheiro trata de oferecer algum elemento para a identificação do trabalho do pedagogo, indicando o técnico em Educação como o profissional a ser formado através do bacharelado.

Para a formação dos docentes foi inserido no curso as disciplinas de licenciaturas fazendo parte as do curso de bacharelado. O

curso de pedagogia passa a ser composto por quatro anos de duração, extinguindo o esquema 3 + 1 para formação do pedagogo. De acordo com Brzezinski (1996, p.56):

[...] a fluidez da LDB/1961 a ausência da especificação das habilidades do curso de pedagogia, assim como a falta de exigência da formação do professor primário em nível superior. Tais medidas foram recuperadas, com bastante precisão, nas Leis nº 5.540/868 e 5.672/71 e seus desdobramentos.

Na década de 70, de acordo com o contexto econômico vivenciado no período, a proposta de formação era preparar indivíduos qualificados para atender as necessidades de desenvolvimento do mercado capitalista no país. Modelo este de formação que também reflete na preparação dos docentes. Segundo Saviani (2008, p.58) a:

[...] problemática da formação dos profissionais da educação começou a articular-se no final da década de 1970 e materializou-se por ocasião da realização da I Conferência Brasileira de Educação, que aconteceu em São Paulo nos dias 31 de março, 1º e 2 de abril de 1980. Nessa ocasião, foi criado o “Comitê Pro Participação na Reformulação dos Cursos de Pedagogia e Licenciatura”.

As discussões para reformulação dos cursos que formam professores, foi intensificada a partir de 1980, com a I CBE, onde os docentes e discentes passam a interferir na história da educação brasileira, promovendo um envolvimento nacional com o intuito de fazer desse processo.

Nos anos 90 o tema de discussão pelo movimento passou a ter como prioridade o processo de formação dos profissionais de educação, porém com de acordo com Silva (1999, p. 85) “todavia a nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1996, ao introduzir alguns indicadores visando a formação de profissionais para a Educação Básica trouxe novamente o curso de

Pedagogia à pauta das discussões”. O trouxe mais uma vez a contradição de sua existência e identidade.

Podemos inferir que o curso de Pedagogia apresenta impasses que o acompanharam ao longo de sua trajetória, a exemplo da discussão de sua identidade. A temática tem sido acompanhado por muitas discussões, porém sem haver consonância em seus objetivos de formação, possuindo modalidades diferentes de habilitação. Conforme explicita Brzeinski (1996, p.12):

Sob o ponto de vista epistemológico, as ações dos educadores propunham, e propões ainda, a redefinição e a busca da identidade do curso de pedagogia no elenco dos cursos de formação de professores. A identidade pretendida, conforme evidenciam os princípios norteadores do Movimento Nacional, não é aquela marcada pelas ambiguidades iniciais da criação do curso (1939), tampouco aquela fragmentada pela imposição do curso (1968) e de seus desdobramentos (1969).

Destarte a formação da identidade do curso de pedagogia interfere a complexidade de esclarecer a função do curso e conseguinte o futuro profissional dos graduados em pedagogia, seja pela falta de conteúdo próprio no currículo do curso, para formação de profissionais nos cargos técnicos da educação ou professor primário.

Na trajetória do curso em questão, os princípios organizacionais deixaram a desejar no que concerne ao processo de formação do profissional de educação, não apresentando uma estrutura curricular específica para área, bem como as regulamentações propostas que colocavam em polemica a continuação ou não do curso de pedagogia no Brasil.

### **Considerações finais**

As propostas governamentais para o sistema educacional na década de 1930 tinha a preocupação na formação das elites di-

rigentes, daí a necessidade de um ensino e professores mais qualificados, o que favoreceu o surgimento de novas Universidades. Nas décadas de 30 e 40 o contexto político-econômico-social, que se apresentava, demonstrou a necessidade de um ensino com professores mais qualificados, para atender as demandas, favoreceu o surgimento dos cursos de licenciatura no Brasil.

Diante na pesquisa empreendida, procuramos expor o processo de constituição do Curso de Graduação em Pedagogia do Brasil fomentado na óptica histórica, que dissertam acerca da formação de professores da educação básica dos anos iniciais, descrevendo as informações do referido curso, assim como sua identidade.

Observa-se que o curso de Pedagogia vem sofrendo diversas modificações em sua trajetória, estas são percebidas principalmente na estrutura da legislação que rege o curso o que indaga a real identidade do mesmo e do profissional a ser formado. Por conseguinte, a Pedagogia sendo uma ciência da educação, da qual elenca as relações e aprendizagem humanas, necessita formar profissionais de educação cada vez mais qualificados para atender as necessidades sociais.

### **Referências bibliográficas**

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**, 5ª ed. Revista e ampliada. São Paulo, Melhoramentos, Editora USP, 1917.

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e a formação de professores: busca e movimento**; Campinas, SP: Papyrus, 1996.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926 – 1996)**. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica da história da educação brasileira).

MINAYO MC. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco; 2007.

SAVIANI, Dermeval. **A Pedagogia no Brasil: história e teoria.** Campinas, São Paulo: Autores associados, 2008. – (Coleção memória da educação).

SILVA, Carmem Silvia Bissolli da. **Curso de pedagogia no Brasil: história e identidade;** Campinas, São Paulo: Autores associados, 1999 – (Coleção polêmicas do nosso tempo; 66).

VICENTINI, Paula Perin; LUGI, Rosario Genta. **História da profissão docente no Brasil:** representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.